

Kaingáng e Xokleng do sul do Brasil e a Floresta: discutindo Etno-história e História Ambiental

Kaingáng and Xokleng Southern Brazilian Indigenous Populations and the forest: Discussing Ethnic History and Environmental History

KLANOVICZ, Jó. Universidade Federal de Santa Catarina, klanov@gmail.com

Resumo

A comparação entre os saberes ecológicos dos Kaingáng e dos Xokleng no Sul do Brasil, o processo de disseminação histórica de espécies, e o conhecimento científico podem proporcionar a incorporação de recomendações para o manejo colaborativo e sustentável, bem como aproximar o conhecimento indígena de práticas científicas com o objetivo de preservar os recursos naturais. Este artigo busca discutir aspectos teórico-metodológicos do trabalho com esse tema do ponto de vista da Etno-história e da História Ambiental, ligando-as à problemática do uso de recursos genéticos vegetais, da paisagem e do solo.

Palavras-chave: Indígenas do Sul do Brasil, Recursos Genéticos Vegetais, Etnopedologia, História e Meio Ambiente.

Abstract

The historical comparison between the ecological knowledge of the Kaingáng, and Xokleng indigenous populations of Southern Brazil, the historical process of species dissemination, and the scientific knowledge may allow the incorporation of recommendations for the sustainability of forest handling, as well as bringing the indigenous knowledge to scientific practices in order to collaboratively handle natural resources. This paper displays a research of the Southern Brazil indigenous environmental history, regarding the use of Vegetable Genetic Resources, landscape, and soil, in the scope of Ethnic History and Environmental History.

Keywords: Southern Brazilian Indigenous Populations, Vegetable Genetic Resources, Ethnopedology, History and Environment.

Introdução

As relações entre um grupo humano e seu entorno ocorrem a partir do momento em que os humanos estendem o tecido social em direção a tudo que não é humano. Essas relações ocorrem num coletivo complexo, marcado por intervenções humanas no ambiente, e por limitações ambientais à cultura (ACSELRAD, 2004). As relações entre populações humanas e não-humanas são relações de tensões biológicas e socioculturais. Os humanos traduzem o entorno com finalidade estética ou de sobrevivência, intervindo nele ou perturbando-o. O entorno oferece ao homem quantidades e oportunidades limitadas de recursos e atuação. (WORSTER, 1998).

A agricultura é área e fonte de pesquisa propícia para a análise histórica ambiental do uso do solo e do manejo de paisagens. Quando o assunto é agricultura indígena, o recorte étnico das técnicas de plantio e de difusão de variedades é ponto de convergência de estudos (desde a Tecnologia de Alimentos à História). Nesse sentido é que as práticas indígenas de uso de solo e de manejo de paisagem favorecem a complementaridade de estratégias de pesquisa que aproximam a História de outras áreas do conhecimento. (KLANOVICZ, 2007)

Quando tratamos dessas aproximações, um dos elementos fundamentais a ser considerado na análise histórica das relações ecológicas entre humanos e não-humanos é o binômio “uso-

representação” do solo e da paisagem pelo grupo social em foco. O uso do solo e da paisagem desempenha papel dinâmico na expressão da diversidade biológica e cultural por meio de sua posição central na base de recursos genéticos, agroecossistemas e herança social. Variedades agrícolas, formas de plantar, de identificar, de nomear a natureza e de tratar a paisagem representam práticas culturais locais e contextos ambientais únicos (MWAURA, 2004).

Metodologia

O Brasil tem uma população indígena de cerca de 400 mil indivíduos, distribuídos em cerca de 200 povos e 180 idiomas. O Sul do Brasil foi sendo povoado por grupos de dois troncos lingüísticos: Jê (Kaingáng – no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Xokleng, em Santa Catarina) e os Tupi-guarani (Guarani M'bya, em Santa Catarina, e Guarani Nhandeva, Rio Grande do Sul, e Xetá, no Paraná).

Os Kaingáng distribuem-se em mais de 20 Terras Indígenas (TI) no sul do país. Em Santa Catarina, a principal TI é a TI Xaçecó, no município de Ipuacú, no oeste do estado. Essa TI tem cerca de 6 mil habitantes, numa área de 11 mil hectares. Em Santa Catarina, os Xokleng estão restritos à TI Ibirama, no município de José Boiteux, no Vale do Itajaí. Os Xokleng são conhecidos na literatura histórica como Bugres, Botocudos, Aweikoma, Laklanõ e Xoklen (SANTOS, 1987). Os Kaingáng e os Guarani historicamente cultivam a terra com variedades de milho (*Zea mays*) e Goiabeira-serrana (*Acca sellowiana*, former *Feijoa sellowiana*). Além disso, essas duas etnias, e também os Xokleng, sempre se utilizaram de produtos da Araucária (*Araucaria angustifolia*) e Erva-mate (*Illex paraguariensis*) e Guabirobeiras (*Campomanesia xanthocarpa* O. Berg).

As variedades agrícolas usadas pelos indígenas das etnias Kaingáng, Guarani e Xokleng (registradas pela etnografia e, principalmente, por fontes orais) no Bioma Mata Atlântica do Sul do Brasil proporcionam aos seus plantadores um repositório de sobrevivência, e que também serve para o estudo da adaptação a condições ecológicas de diversas plantas, animais e grupos humanos. Essa transformação só pode ser visualizada numa perspectiva histórica.

Resultados e Discussão

1) PRIMEIRO LEQUE – REGISTROS HISTÓRICOS: Desde o final do século XVIII, o manejo de paisagens pelas populações autóctones do sul do Brasil tem sido descrito por viajantes, naturalistas, escritores e artistas em obras técnicas ou literárias, etnografias, e livros de memória. Essas leituras e descrições poderiam ser enquadradas na esfera do “exótico”, dificultando a constituição de políticas públicas precisas e continuadas sobre esses grupos sociais e históricos na região, ainda palco de conflitos econômicos e culturais quando se trata de populações indígenas.

Esses documentos representam fontes de infindáveis informações para historiadores e historiadoras atentos com as perspectivas do uso e de representação sobre o mundo natural no Brasil entre os séculos XVIII e XX, uma vez que o “oeste”, o interior, a hinterland sempre constituíram e ainda constituem objeto de mistério no que tange à imaginação ambiental brasileira. (BUELL, 2003) Na medida em que a idéia de natureza foi transformada, o que levou a transformações científicas inerentes, uma produção maior, qualiquantitativamente, veio a representar um esforço de acúmulo de conhecimentos acerca desses territórios, ainda pouco explorados pela historiografia ao longo do tempo e do espaço. O advento de uma “era ecológica” acarretou o alastramento do paradigma ambientalista. (WORSTER, 1998). Esse paradigma enquadra grande parte dos acontecimentos e fenômenos da sociedade em termos de raça, enfermidades, superioridades/inferioridades, em função da alimentação, da qualidade das florestas e formas de agricultura e pecuária praticadas por “populações tradicionais”, etc. (ARNOLD, 2002).

2) SEGUNDO LEQUE - KAINGÁNG, GUARANI E XOKLENG E AS PERSPECTIVAS DE ETNO-HISTÓRIA E HISTÓRIA AMBIENTAL

As tentativas não-índias de conquista desse território Kaingáng desde o séc. XVIII favoreceram a união de distintos aldeamentos Kaingáng e Guarani, promovendo a transferência forçada de grupos que anteriormente espalhavam-se pelo território da Mata Atlântica sulista. Em contraparte, reduziram o território tradicional de todos os grupos, principalmente dos Xokleng, que se viram confinados numa pequena área do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, quando antes percorriam um território que alcançava os três estados do Sul.

Os Xokleng viviam separados em grupos de caça de 30-50 indivíduos, praticavam o nomadismo estacional, buscando obter sua subsistência, o mesmo ocorrendo conforme as mudanças de estações, quando havia escassez de alimentos. A extração e o plantio por parte de não-índigenas continuaram sem parar no século XX, e o contato entre não-índios e índios resultou na redução dos territórios tradicionais. Por derivação do encolhimento territorial, é irrefutável que esse processo conduziu a ameaças a costumes, hábitos de vida, formas de alimentação, medicina tradicional, religiosidade, enfim, às etno-ciências e às construções sócio-culturais desses povos. Embora a política de “pacificação” dirigida pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tenha contribuído para o enfraquecimento de muitos saberes, as comunidades conservam, ainda, conhecimentos sobre plantas, medicamentos, animais, floresta e solo (SALVARO, 2007).

É o caso do trabalho ligado à concepção de floresta dos Kaingáng. (TOMMASINO; MOTA; NOELLI, 2004) Para os Kaingáng, as florestas constituem espaço de caça e coleta, com exceção das matas de araucária, que eram/são divididas entre os subgrupos. As cascas dessas árvores eram assinaladas e dividiam o território político. Se o uso do solo e da paisagem desempenha papel dinâmico na expressão das diversidades biológica e cultural, e as variedades agrícolas encontram práticas culturais locais e contextos ambientais específicos, com papel decisivo para a sobrevivência cultural, a área da aldeia indígena “Kondá”, dos Kaingáng de Chapecó/SC é um componente importante para a exemplificação dessa problemática, quando pensada em termos dos usos da fauna e da flora. Ali, a presença de árvores de *Ilex paraguariensis* é abundante, e nas colheitas, todos os homens são convocados a fazer o corte dos ervais, já que o produto é comunitário. As ramas de erva-mate são trocadas em empresas da região e as famílias recebem a erva beneficiada, para as rodas-de-chimarrão matinais e vespertinas, onde os membros de uma família nuclear conversam sobre assuntos diversos que dizem respeito tanto ao tempo passado (wãxi), quando ao tempo presente (uri). (id, ibid.)

Conclusões

As práticas tradicionais de manejo têm contribuído para a manutenção da biodiversidade. Thora Martina Hermann, por exemplo, afirma que o conhecimento histórico dos Mapuche sobre as espécies de araucária entre o Chile e a Argentina, tem contribuído para o estabelecimento de práticas manejo balanceado na atualidade, por parte das Ciências Agrárias (HERMANN, 2005)

Há uma disposição crescente de reconhecer o saber local não só como manancial de informações brutas, mas como conhecimento dotado de um sistema simbólico e cognitivo. Não se pode confundir, nesse sentido, o conhecimento tradicional com o conhecimento natural, na medida em que parte dessa idéia de tradição não interessa, porque denuncia mais uma suposição de que os saberes locais seriam uma parcela conservadora da cultura. O conhecimento, dessa forma, é transmitido por um espaço repleto de barreiras e canais, caracterizados por recortes de classe, de parentesco, de gênero ou de etnia. (id, ibid.) Por meio de uma análise regressiva e de correlação história, pretende-se, portanto, determinar que grau de uso está vinculado às características ecológicas e morfológicas, a diferenças geográficas em termos de abundância, e a percepções sociais sobre a viabilidade de espécies. Isso é necessário

Resumos do VI CBA e II CLAA

para estabelecermos se a abundância ou a quantidade são características relativas ao uso, a permanência no tempo, e para fins de sustentabilidade.

A sobrevivência de práticas tradicionais depende de uma revisão de políticas agrícolas e de conservação. É indispensável a construção, portanto, de instrumentos e saberes sobre a conservação de recursos no sentido de garantir a sustentabilidade de usos desses mesmos recursos para o futuro. O estudo histórico permite uma “atualização” dos lugares, dos objetos, e das tradições de uso que foram ou são importantes para a análise do estado atual dessas espécies na região, o que proporciona o estabelecimento, também, de um percurso para a constituição de um saber mais amplo acerca do uso de RGVs que leva em conta a compreensão do processo sócio-cultural de um determinado grupo social em relação ao seu ambiente.

Referências

ACSELRDAD, Henri. *Conflitos socioambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: H. Böll, 2004.

ARNOLD, D. *La naturaleza como problema histórico*. México: FCE, 2000.

BUELL, L. *Writing for an endangered world: environment and literature in US and beyond*. Boston: Harvard/Belknap, 2003.

HERMANN, T. M. Knowledge, values, uses, and management of the Araucaria araucana forest by the indigenous Mapuche Powenche people: a basis for collaborative natural resource management in southern Chile. *Natural Resources Forum*, v. 29, n. 2, p. 120-134.

KLANOVICZ, Jó. Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). 2007. 311 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2007.

MWAURA MWEGA, F. *Population, Health, and Environment Integration and Cross-Sectorial Collaboration: Kenya Country-Level Assessment*

SALVARO, T. D. *A importância da língua Kaingáng na educação escolar indígena: proibição e retomada*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SANTOS, S. C. dos. *Índios e brancos no sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC, 1987.

TOMMASINO, Kimyie ; MOTA, L. T. ; NOELLI, F. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng*. Londrina: EDUEL, 2004.

WINKLERPRINS, A. BARRERA-BASSOLS. Latin American ethnopedology: a vision of its past, present, and future. *Agriculture and Human Values*, v. 21, 2004.

WORSTER, Donald. *Nature's economy*. New York: Cambridge University Press, 1998.